

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.715.774 - RS (2017/0324133-5)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : ARMANDO CIRO SEIBERT
ADVOGADOS : AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN -
RS028958
RENAN TELÖKEN E OUTRO(S) - RS082371
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : FELIPE ESTORTI DE CASTRO E OUTRO(S) - RS064054
MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS - RS083640A

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. AÇÃO APTA A INTERROMPER A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS, COM EFEITO INFRINGENTE, PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por ARMANDO CIRO SEIBERT contra decisão monocrática de minha lavra que determinou a devolução dos autos à origem para que aguardassem o prazo de 24 meses para eventual adesão ao acordo homologado pelo STF.

Nas razões deste recurso, o embargante afirma que a decisão teria sido omissa e cometido erro material "*ao determinar a devolução dos autos à origem, (i) porque o caso em julgamento trata-se de cumprimento de sentença de título executivo judicial, que independe e não restará atingida pela decisão de mérito dos casos da ADPF n.165 e dos RE's n. 626.307, 591.797, 632.212, pelo que inaplicável o disposto nos arts. 1.039, 1.040 e 1.041, e na construção do art. 1.040 c.c o §2º do art. 1.041, todos do CPC/2015, inexistindo óbice para o desiderato julgamento e concretização da satisfação da obrigação, (ii) bem como porque parte não participou do*

Superior Tribunal de Justiça

acordo em voga e sobretudo porque o caso dos autos é inapto para adesão ao acordo, conforme cláusula condicionante do acordo coletivo 4.1, b, iii e iv – fls. dos autos eletrônicos, (iii) além do fato de restar evidenciado o desinteresse na autocomposição POR AMBAS AS PARTES no caso específico".

É o relatório.

Passo a decidir.

Tendo em vista a reconsideração da decisão do i. Ministro Gilmar Mendes, que determinara *"a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de 5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a adesão dos interessados"* (DJe de 12/04/2019), bem como das alegações ora apresentadas, é de rigor a reconsideração da decisão proferida.

Ato contínuo, procedo à análise do Recurso Especial interposto pelo embargante.

Nas razões deste apelo, o recorrente alega violação dos artigos 489, § 1º, e 1.022 do Código de Processo Civil, do artigo 5º da Lei 7.347/85 e do artigo 6º, inciso VII, alínea "c", da Lei Complementar 75/93 e dos artigos 81, 82 e 83 do Código de Defesa do Consumidor. Assevera que apesar da oposição de embargos declaratórios, o Tribunal de origem teria permanecido omissos quanto ao fato de que estaria *"ocorrendo o rejugamento da legitimidade do parquet para a medida cautelar de protesto ajuizada, exsurto sentimento de inquietude, justamente quando deveria prestar pela harmonia e pela paz social"*. Indica as questões que foram indicadas nos embargos de declaração. Aponta que a *"decisão guerreada entendeu que a legitimidade para propor medida cautelar de protesto de sentença coletiva*

Superior Tribunal de Justiça

se inseriria na orbita de indivíduo que detém o direito material reconhecido na sentença coletiva, em detrimento do Ministério Público, por força do art. 97 c/c art 82, inciso I, ambos do CDC, sob o fundamento de que a legitimidade do parquet é apenas subsidiária". Sustenta que este entendimento seria incorreto, pois "a ação cautelar de protesto, objetivando especificamente a interrupção do prazo prescricional para assegurar o direito dos poupadores (e seus sucessores) a realizarem o julgado na Ação Civil Pública nº. 1998.01.1.016798-9, por óbvio e evidente que ainda se insere na definição de 'defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, decorrentes de origem comum', ou seja, 'interesses ou direitos individuais homogêneos', nos termos que dispõe o caput e o inciso II do parágrafo único, do art. 81, do CDC". Assevera que "a ação de protesto também se insere na espécie de ação capaz de propiciar a adequada e efetiva tutela de defesa dos direitos e interesses protegidos pelo CDC". Entende que "não há de se limitar a legitimidade ativa para o ajuizamento da ação cautelar de protesto ao titular de direito individual, com base no art. 97 do CDC, pois a cautelar visa à defesa de direitos individuais homogêneos, de relevante interesse social, abrangidos pelo art. 129, inc. III, da Constituição da República, exsurto a legitimidade do parquet". Afirma que "a Legitimidade ativa do Parquet para o ajuizamento da mencionada medida cautelar decorre da inteligência do art. 129, inciso III, da Constituição da República, bem como por força da legislação federal que reputa vulnerada, disposta do art. 5º, inciso I, da Lei nº 7.347/85, do art. 6º, inciso VII, alínea 'c', da Lei Complementar 75/1993, e dos arts. 81, 82 e 83 do CDC".

Este recurso deve ser provido.

Resta assente na jurisprudência deste Tribunal Superior que o

Superior Tribunal de Justiça

Ministério Público possui legitimidade para o ajuizamento garantia dos direitos dos diversos poupadores lesados pela conduta de instituição financeira, nisto incluído a medida cautelar de protesto interruptivo do prazo prescricional. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. INTERRUPÇÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PROTETATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O Ministério Público possui legitimidade para a propositura de ação cautelar de protesto, visando a interrupção do prazo prescricional para o ajuizamento da execução individual de sentença coletiva. Precedentes.

3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, com observância da gratuidade da justiça. 4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1710202/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUPÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública.

2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual.

Superior Tribunal de Justiça

Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1753269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019)

Assim, o presente recurso deve ser provido para afastar a prescrição na espécie, pois reconhecida a legitimidade do Ministério Público para ajuizar medida cautelar de protesto interruptivo do prazo prescricional e a consequente interrupção do prazo prescricional, e determinar a devolução dos autos à origem para que o Tribunal de origem prossiga com o julgamento do feito.

Nestes termos, ACOLHO os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para DAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator